

A desigualdade no Brasil. E o lugar reservado às domésticas

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Declaração de Paulo Guedes sobre viagem à Disney gerou repercussão negativa até no governo. O 'Nexo' conversou com uma socióloga e uma historiadora sobre o que a fala revela em relação à sociedade brasileira

“Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí”, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, na quarta-feira (14), durante o Seminário de Abertura do Ano, organizado pelo grupo Voto. Ele comparava o valor atual do dólar, que tem atingido repetidas altas desde 2019, com o câmbio de anos atrás, quando a moeda americana girou em torno dos R\$ 1,80.

A fala e sua repercussão negativa se alastraram pelas redes sociais. Comparada a personagens do humor nacional que “odeiam pobre”, como Justo Veríssimo (de Chico Anysio) e Caco Antibes (de Miguel Falabella), a declaração do ministro foi considerada insensível por muitos.

De acordo com informações de bastidores publicadas na Folha de S.Paulo, a frase teria surpreendido auxiliares do presidente Jair Bolsonaro. A declaração foi considerada “terrível”, afirmou um interlocutor do presidente. “Pergunta para quem falou isso, eu respondo pelos meus atos”, disse Bolsonaro quando questionado por jornalistas.

No meio político, a reação foi expressiva. “Paulo Guedes revela seu preconceito, racismo e sua visão de senhor da senzala. Governo digno trabalha para que todos possam viajar e ser feliz”, escreveu a deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP).

“Depois de chamar os servidores de ‘parasitas’, o ministro de Bolsonaro destila novamente seu preconceito. Pare de ofender os trabalhadores!”, escreveu o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ).

Dados da desigualdade

Na declaração de Guedes, pode-se inferir que o ministro usou o termo “doméstica” como metonímia para a população mais pobre. Segundo dados do IBGE, o ministro acertou quando falou que menos pessoas hoje têm condições de arcar com gastos como uma viagem de avião.

A desigualdade social se expande há mais de cinco anos no país, segundo dados do estudo “A Escalada da Desigualdade” da FGV (Fundação Getulio Vargas), publicado em agosto de 2019. O levantamento utilizou dados da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua), do IBGE, e do índice Gini, que mede a diferença de renda.

Do quarto trimestre de 2014 até a data da publicação do estudo, a metade mais pobre do país perdeu 17,1% de sua renda. Já a classe média, correspondente a 40% da população, empobreceu 4,16%. Na outra ponta, os 10% mais ricos registraram aumento de renda de 2,55%.

Em 2016, a Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) estimou uma queda de 8% no número de passageiros de avião em relação a 2015. De acordo com a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil),

a redução se traduziu em 8 milhões de brasileiros que deixaram de voar.

Empregadas domésticas

Em 2012, uma reportagem publicada pela revista Época intitulada “Por que a empregada sumiu” afirmava que estava ficando mais difícil para as classes de maior renda contratarem esse tipo de profissional. Segundo o texto, graças a melhorias na escolarização e na economia, havia menos mulheres dispostas a trabalharem na casa dos outros. A revista chamou o fenômeno de “revolução cultural”.

O Brasil parecia então se aproximar de realidades de países desenvolvidos, onde empregados domésticos são uma raridade por representarem serviços muito caros para a maior parte da população. Em 2015, o Congresso aprovou a PEC das Domésticas, que ampliou direitos trabalhistas de empregadas domésticas. Um dos poucos deputados que votou contra foi Jair Bolsonaro. Na época, ele argumentou que as domésticas teriam mais dificuldade de arrumar emprego com a legislação.

Dados da Pnad do segundo trimestre de 2019 apontam que a maior parte dos trabalhadores domésticos brasileiros (71,6%) segue na informalidade. De um universo de 6,24 milhões, isso representa cerca de 4,47 milhões trabalhando sem carteira registrada.

“Lavar roupas, cozinhar, limpar a casa, cuidar das pessoas mais velhas, dos doentes, das crianças são atividades que ocupam boa parte dos nossos dias e deveriam ser valiosas porque mantêm a vida em dia, organizada e pronta para o trabalho, inclusive a do ministro Paulo Guedes.”

Glaucia Fraccaro

Doutora em História Social do Trabalho pela Unicamp

A discriminação do trabalho doméstico tem origem na ligação histórica desse tipo de trabalho com a condição escrava, segundo o artigo acadêmico “O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade”, assinado por um grupo de psicólogos na Psicologia em Revista, em 2017. “No período escravista, a assimilação da posição social à identidade racial indicava certa equivalência entre a cor e o exercício de certas atividades, ou seja, ser escravo significava ser negro e as atividades realizadas pelos negros, na maioria das vezes, eram atividades desprestigiadas”, escrevem.

Duas análises do papel do trabalho doméstico no Brasil

O Nexo conversou com duas especialistas sobre a relação entre desigualdade e o trabalho feito por empregadas domésticas no país.

Márcia Lima é professora e pesquisadora do departamento de Sociologia da FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e coordenadora do Afro-Cebrap
Glaucia Fraccaro é doutora em História Social do Trabalho pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e professora da PUC-Campinas

O que a declaração de Paulo Guedes revela sobre as relações sociais no Brasil?

MÁRCIA LIMA Do meu ponto de vista, a fala de Guedes tem uma questão muito específica. O emprego doméstico são postos ocupados majoritariamente por mulheres negras. Não foi um exemplo qualquer. Pessoas pobres, majoritariamente negras, têm seus direitos limitados, inclusive em termos de consumo e acesso a bens. Na época da PEC das Domésticas houve muita manifestação contrária à extensão dos direitos das domésticas, principalmente no que dizia respeito às horas extras.

GLAUCIA FRACCARO A declaração patética do ministro Paulo Guedes se vale das desigualdades sociais existentes para justificar suas decisões em política econômica. Em outras palavras, ao invés de colocar em prática um programa político que solucione o desemprego, a pobreza e o enorme aumento da população de rua, ele mesmo atesta que a prioridade é “a exportação”. Ora, trata-se de um governo que se vale justamente da pobreza para garantir o lucro “das exportações”. Manter as trabalhadoras domésticas em situações precárias e em papéis sociais subalternos é parte desse projeto político cínico. Trata-se de uma postura senhorial de quem gere a economia do país como se fosse um escravocrata.

A ascensão da classe C redefiniu esse debate?

MÁRCIA LIMA Sou muito cautelosa nesta interpretação da ascensão da classe C. Foi algo muito efêmero e pontuado por acesso a consumo. Mas foi o que marcou o incômodo do ministro. Não acho que redefiniu o debate, mas que causou incômodo de muitas grupos na sociedade. A distinção via consumo sempre foi uma marca de classe importante na sociedade.

GLAUCIA FRACCARO Sem dúvidas. Políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo e a emenda constitucional que garantia direitos trabalhistas para as domésticas foram políticas públicas que, em seu conjunto, alteraram a hierarquia, a ordem das relações sociais. Em tempo, é preciso frisar que a alteração da constituição que garantia direitos para as trabalhadoras domésticas, efetuada ainda durante o governo Dilma [Rousseff], era um esforço político que pretendia valorizar o trabalho doméstico no geral (pago e não pago).

Em que lugar estamos agora?

MÁRCIA LIMA Estamos enfrentando empobrecimento, desemprego e um crescimento expressivo das desigualdades raciais. Isso sempre acontece em momentos de crise. Mas estamos vivendo outros retrocessos. É lamentável um ministro se sentir tão à vontade para dizer que são pobres os responsáveis pelo desmatamento, comparar servidores a parasitas e agora ofender a dignidade das empregadas domésticas.

GLAUCIA FRACCARO As reformas (trabalhista e previdenciária) somadas à atuação do ministro Paulo Guedes constituem um projeto político cínico, não é um simples erro ou falta de conhecimento. Esse projeto, que reduz ou elimina direitos trabalhistas, benefícios previdenciários, orçamento das universidades, e não investe em equipamentos públicos, conta justamente com a exploração do trabalho das mulheres para sobreviver. Sem escolas, sem creches, com menos vagas em hospitais, são as mulheres que acabam arcando com todo esse trabalho – e não recebem nem direitos, nem benefícios por isso.